

DESAFIOS ENFRENTADOS PARA ALCANÇAR UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL DENTRO DO AMBIENTE DIGITAL

Ediely Silva Vieira
Joice Freitas dos Santos

RESUMO: As plataformas digitais têm proporcionado uma grande quantidade de ferramentas que podem promover benefícios em diferentes âmbitos da sociedade em que vivemos. Considerando o espaço educacional, podemos observar que existem muitas possibilidades positivas a serem trabalhadas por meio do pensamento computacional, contudo, essa realidade não chega para todos e pode ser excludente para alguns grupos sociais, descumprindo o caráter intercultural que a educação precisa exercer. A presente pesquisa tem caráter metodológico de revisão bibliográfica, com embasamento teórico em três principais autores, Candau (2012) e Fratti (2019) que realizam uma discussão que perpassa os conceitos de interculturalidade e direitos humanos, e Reis (2020) que traz reflexões acerca da aplicação do pensamento computacional no contexto da educação básica. Por meio deste estudo, compreendemos que, para alcançar uma educação intercultural dentro desse meio virtual, ainda existem muitos obstáculos a serem enfrentados, desde questões socioeconômicas que impossibilitam a garantia do acesso à internet e outros equipamentos, até a própria produção de conhecimento no meio virtual que, por vezes é realizada por uma população majoritariamente branca e de classe média alta. Compreender os desafios por trás do alcance de uma educação intercultural no meio digital é, também, refletir acerca de possíveis soluções para que esse campo educacional virtual seja cada vez menos excludente.

Palavras-chave: Interculturalidade, Educação, Ambiente digital.

1. INTRODUÇÃO

Educação e interculturalidade precisam andar lado a lado, e essa é uma das principais preocupações desta pesquisa. A partir de uma observação a algumas características de como o mundo globalizado se desenvolve, é viável compreender que os recursos digitais, bem como o próprio pensamento computacional, vêm se tornando ferramentas indispensáveis a diferentes âmbitos, entre eles, e mais especificamente o que abordaremos ao longo deste trabalho, o educacional.

De acordo com Candau (2012), o espaço educacional desperta para a necessidade de inclusão à pluralidade, e deve estar preparado para receber diferentes

realidades, contudo, o que nos intriga ao longo desta investigação, é refletir acerca de como esse processo se dá dentro dos ambientes virtuais, considerando que esse é um debate recente dentro dos estudos relacionados à educação.

A presença de grupos socioculturais diversos nos cenários públicos, tanto no âmbito internacional como no Brasil, tem provocado tensões, conflitos, diálogos e negociações orientadas à construção de políticas públicas que focalizem estas questões. Em cada contexto esta problemática adquire uma configuração específica, articulada com as diversas construções históricas e político-culturais de cada realidade [...] (CANDAU, 2012, p. 236).

Trazendo essas questões para uma nova pauta, consideramos que pensamento computacional promove uma variada quantidade de instrumentos benéficos para a realização de tarefas ligadas a propostas educacionais, desde o acesso e produção de pesquisas disponíveis em diferentes lugares do mundo, até a utilização de aplicativos que facilitam reuniões e organizações de trabalhos.

Apesar dos meios digitais serem otimizados em busca da facilitação da maior quantidade possível de atividades, é preciso um olhar atento para como a distribuição desses recursos está performando. Já que

O avanço da tecnologia, com o passar dos anos, modificou vários campos de atuação profissional e a educação foi um deles. Nesse avanço tecnológico, há uma convergência para a área da computação, pois ela encontra-se enraizada em quase todas as áreas do conhecimento. Acredita-se que, em breve, muitos projetos e atividades desenvolvidas por profissionais e estudantes tenham como base a ciência da computação, tornando o desenvolvimento computacional uma habilidade quase que indispensável para o cidadão do século 21[...] (REIS, 2020, p. 136).

Lamentavelmente, o espaço digital, para algumas identidades, ainda é excessivamente excludente. Ao considerarmos pessoas pretas, pobres, periféricas, indígenas, LGBTQIAPN, PCD's, entre outras categorias, depreendemos que existem barreiras ainda prematuras a serem vencidas, a começar pela própria falta de acesso a equipamentos que possibilitem navegar nas redes, seja por questões

socioeconômicas, políticas, ou pelo caráter de desigualdade pré-existente à sociedade. Visto que

O problema da exclusão digital se apresenta como um dos maiores desafios deste início de século, com implicações diretas e indiretas sobre os mais variados aspectos da moderna sociedade, a sociedade do conhecimento. A já conhecida desigualdade registrada entre pobres e ricos entra agora na era digital e ameaça se expandir com a mesma rapidez das tecnologias de comunicação [...] (GOMES, 2022, p. 01).

A educação deve, acima de tudo, ensejar um convite a diferentes diálogos, culturas e identidades, não somente em espaços físicos, mas também nos novos lugares promovidos pelo avanço do pensamento computacional. Dentro desse viés, objetivamos refletir acerca dos desafios enfrentados para alcançar uma educação intercultural dentro do ambiente digital. Tendo em vista que

A afirmação das diferenças - étnicas, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras- manifesta-se de modos plurais, assumindo diversas expressões e linguagens. As problemáticas são múltiplas, viabilizadas especialmente pelos movimentos sociais que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural [...] (CADAU, 2012, p. 236).

É dentro da reflexão e das discussões sobre esses desafios que podemos abrir portas para a implementação de políticas reafirmativas de combate a exclusão do que temos sociologicamente como minorias, contribuindo para que as novas formas de se utilizar tecnologias digitais não estejam aquém de uma parte da sociedade que ainda é marginalizada em decorrência de um modelo econômico capitalista.

O cumprimento do objetivo geral dessa pesquisa perpassa pelo diálogo entre outros três objetivos específicos: discutir o conceito de interculturalidade; realizar uma revisão acerca de quais são as classes sociais que majoritariamente estudam através da *Internet* e compreender como a questão socioeconômica interfere no alcance de uma educação intercultural dentro do ambiente digital.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi projetado para investigar os objetos interculturalidade, classes sociais com acesso à internet e a situação socioeconômica destes. Além disso, a direção selecionada para orientar os estudos foi a retrospectiva, visto que fizemos uma breve revisão aplicando filtros de pesquisa para assim chegar em textos referentes aos objetivos. A população a que se desejou fazer uma investigação foram minorias sociais, como pessoas pretas, pobres, periféricas, indígenas, LGBTQIAPN, PCD's, visando compreender seu acesso à educação intercultural.

A pesquisa de base bibliográfica foi realizada na plataforma *Google Acadêmico* no período de 20 de junho a 09 de julho de 2023. As variáveis foram Interculturalidade, Educação e Ambiente digital. Desta forma, as palavras-chave utilizadas na primeira pesquisa foram *interculturalidade* e *educação*. Os resultados encontrados foram 59.800, mas apenas as 5 primeiras páginas foram consideradas. Após a leitura dos resumos, apenas 4 textos foram considerados. Após esse momento, realizamos outra pesquisa, agora adicionando a palavra-chave *ambiente digital* e, aplicando a mesma metodologia de seleção, mais um texto foi adicionado.

Para fins de pesquisa na área social, utilizamos também a palavra-chave *exclusão digital* e mais um texto foi selecionado, utilizando os mesmos critérios de inclusão e exclusão. Os demais foram indicados em orientação. Assim, o recorte temporal foi de 21 anos, sendo o texto mais antigo de 2001 e o mais recente de 2022 e o critério de inclusão foi a abordagem no texto de pelo menos uma variável, permanecendo aqueles que, após a análise de dados, continham informações relevantes para a pesquisa.

3. DISCUSSÃO

3.1 A educação intercultural no ambiente digital e questões socioeconômicas

O conceito de interculturalidade atravessa caminhos em meio a uma grande quantidade de especificidades, e possui características que conversam com diferentes espaços e identidades, contudo, para o andamento dessa pesquisa, trabalharemos com a definição de Candau (2012) que discorre:

A interculturalidade fortalece a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais, assim como questiona uma visão essencializada de sua constituição. Potencializa os processos de empoderamento, principalmente de sujeitos e atores inferiorizados e subalternizados, e a construção da autoestima, assim como estimula os processos de construção da autoestima num horizonte de emancipação social, de construção de sociedades onde sejam possíveis relações igualitárias entre sujeitos e atores socioculturais [...] (CANDAU, 2012, p. 245).

É esse caráter de acolhimento, entendimento, valorização e diálogo por entre diferentes categorias/culturas que é a marca da interculturalidade. Por entre a imensidão do que esse conceito engloba, consideramos investigar o impacto desse termo em parte de processos existentes ao ambiente educacional.

A educação é um direito constitucional de todos e para que essa previsão seja cumprida, é preciso pensar em um modelo educacional que seja acessível para os diferentes grupos sociais. De acordo com Candau (2012), existem muitos debates pré-existentes acerca de como algumas marcas identitárias sofrem em meio a ações excludentes dentro desses espaços.

Entretanto, inúmeros têm sido os estudos e as pesquisas que identificam, descrevem e denunciam situações em que alunos/as com determinadas marcas identitárias são rejeitados/as, objeto de discriminações e inferiorizados no dia a dia das nossas escolas[...] (CANDAU, 2012, p. 237).

O debate em torno das questões interculturais fomenta a quebra dessas barreiras opressoras, e propõe um pensar inclusivo, corroborando às contribuições de “saber” que cada comunidade pode oferecer, na busca por estratégias afirmativas que estabeleçam o cumprimento e a manutenção dos direitos aos grupos étnicos/identitários e socioeconomicamente marginalizados.

Dentro dessa preocupação com a educação intercultural, analisamos o crescimento de uma nova tendência dentro dos espaços escolares, fruto das demandas do mundo globalizado: o pensamento computacional e uso de novas tecnologias informacionais.

De acordo com Reis (2020), estando inseridos dentro de um modelo socioeconômico capitalista, no qual as demandas ressurgentes precisam ser respondidas de maneira rápida e eficiente, atentamos ao fato de que as novas tecnologias informacionais vêm sendo pensadas para o auxílio a otimização do cumprimento inúmeras tarefas, conseqüentemente, não demoraria muito para que o próprio ambiente escolar aderisse ao uso de novas plataformas digitais em busca de acompanhar as facetas desse desenvolvimento.

Apesar do caráter de praticidade que as muitas plataformas digitais podem propiciar, o que nos provoca inquietude é especificamente sobre como o lado humano tem encarado o acesso a tantas informações. Será que todas as pessoas têm obtido os benefícios que esses recursos têm para oferecer?

Nesse sentido, a presente pesquisa propõe realocar os estudos para dentro dos espaços escolares que estão sendo construídos digitalmente, tendo em vista de que a inquietação acerca da interculturalidade existente nos espaços escolares físicos pode existir, também, nos espaços virtuais e, ainda, com diferentes características.

Os desafios encontrados para alcançar uma educação intercultural dentro do ambiente digital passam por muitos fatores, a começar pelo próprio acesso a equipamentos informacionais. De acordo com Franco (2020), em 2018, apenas 67% dos lares brasileiros obtiveram acesso à *Internet* e a equipamentos digitais, dado que reflete uma possível segregação entre grupos que obtém e grupos que não obtém acesso à informação.

De acordo com Silva (2015) o grande problema é que essa segregação escancara uma série de desigualdades existentes, sendo a principal delas a desigualdade socioeconômica. O acesso a esses recursos possibilita maior atuação dos indivíduos em sociedade, contribuindo para o fortalecimento de uma cidadania digital, contudo, assistimos uma parte da população periférica, pobre, preta, indígena (entre outras classificações das minorias) excluída desse cenário.

Realocando a discussão para o âmbito educacional, o pensamento computacional bem como as tecnologias informacionais vêm construindo plataformas que possibilitam agregar positivamente às atividades escolares. A efeito de exemplificação, podemos citar a realização de aulas virtuais por aplicativos como o

“Google Meet”, a viabilização da discussão e produção de trabalhos, como o “Google Docs”, além da criação de periódicos que promovem grande circulação de pesquisas construídas ao redor do mundo, entre outras ferramentas.

As possibilidades de se entender “educação” no meio digital são infinitas, e essas informações deveriam dialogar com diferentes realidades, contudo as problemáticas são prematuras. De acordo com Silva (2015), as classes econômicas C, D, e E, detém, minoritariamente o acesso, bem como o domínio desses recursos, caracterizando a utilização dessas ferramentas como um privilégio de pessoas ricas ou de classe média. Dentro dessas circunstâncias, questionamos: se essas minorias não detêm sequer acesso a esses recursos informacionais, a quantos passos estamos, de fato, de uma educação intercultural justa no ambiente virtual.

Apesar de não estar falando necessariamente do acesso a uma educação intercultural no meio digital, Fernandes (2016) falando sobre a questão do advento de indígenas em cursos de ensino superior, atenta para o fato de que a instituição pública abriu as portas para os povos originários, mas não garantiu condições para que permanecessem. Podemos trazer isso para o viés deste trabalho, visto que oferecer uma educação intercultural para essas pessoas deveria garantir que sua cultura participasse do processo de aprendizado digital, e não somente a cultura de outrem. Assim, a interculturalidade deve ser pensada como uma “[...] colaboração solidária e criativa entre culturas em contato, com reconhecimento mútuo de seus valores e modos de vida” (FERNANDES, 2016, p. 43).

Se para nossa sociedade a era digital pode ser sinônimo de progresso, para povos originários pode ter outro significado. Ainda na perspectiva de Fernandes (2016), percebemos que a questão do desenvolvimento pode ter uma conotação ruim para aqueles a quem são impostos novos costumes. A cultura do digital vem junto com o pensamento individualista e capitalista do branco, sendo colocada em destaque em um ambiente de estudos em que, muitas vezes, não há trocas com o saber do outro. O indígena não compreende as prioridades e modo de vida de quem lhe ensina e isso, além de dificultar o aprendizado, muitas vezes acarreta em desistência.

Em outro sentido, se pensarmos nas questões de gênero, classe social, religiosidade e pessoas com deficiência, veremos que há um outro tipo de exclusão da educação. Candau (2012) escreve sobre as dificuldades com a diluição dos aspectos intrínsecos dos indivíduos, em busca de uma uniformização social, ao

mesmo tempo em que essas diferenças são discriminadas através de intolerâncias e *bullying*. Num contexto de escola pública, em que os indivíduos de todas as condições sociais conseguem acessar, discursos de superioridade ainda correm entre os alunos, fazendo com que muitos estudantes sintam vergonha de suas origens e apaguem sua identidade.

Se filtrarmos para a questão socioeconômica, teremos a realidade de jovens que vêm do meio rural ou mesmo do meio urbano e possuem uma renda familiar pequena (quando não beira à inexistência). Alguns frequentam a escola sem ter o que comer em casa, vivem um processo de violência com a família, ou mantêm uma boa relação com os pais, mas sem acesso a grandes tecnologias.

Outros vêm do campo, com uma realidade completamente diferente, de contato com a natureza e conhecimento empírico, para chegar na escola e estudar sobre realidades diferentes da sua. Em situações em que a internet chega em lugares afastados, os jovens deixam de ajudar os pais para entrar em contato com o mundo globalizado através da tela do telefone, desejando estar em qualquer outro lugar que não seja ali.

Esses alunos passam por um processo de “poda” para caberem nos empregos e vagas de universidades, porque ganhar dinheiro é o mais importante. Esse procedimento disfarçado de justiça é feito em uma perspectiva de “[...] uniformização, homogeneização, padronização, orientado à afirmação de uma cultura comum a que todos e todas têm direito a ter acesso” (CANDAUI, 2012, p. 238).

Às vezes, com o passar do tempo, suas práticas que antes eram discriminadas entram em voga na mídia, passam por um processo de *gourmetização*, viram sucesso entre os ricos e ficam muito mais caras que o original. Comer alimentos naturais, andar de bicicleta, passar um tempo em contato com a natureza ou ficar longe de telas torna-se objeto de luxo.

No meio digital - e isso ficou muito claro com o advento do ensino remoto durante a pandemia - as mesmas discriminações persistem. O uso do recurso tecnológico à força deixou muitos alunos sem ter acesso ao ensino. Mesmo com políticas públicas de distribuição de aparatos tecnológicos, as aulas passavam por cima de dificuldades com o sinal da internet ou a falta de um *smartphone*. Estudantes, mesmo sem compreender nada dos assuntos, seguiram adiante nas séries seguintes.

Para além disso, a desconexão dos assuntos dados com a realidade individual e cultural também se tornou uma dificuldade. Rodeado de arte e cultura da periferia,

o aluno via-se estudando sobre Geometria Plana, por exemplo (que também é importante, mas carece de diálogo com a realidade individual). Ou lidava com o preconceito de grupos extremistas que infelizmente circulam na internet.

Então, se pensarmos a interculturalidade como o

[...] contato entre culturas, com possíveis trocas que se estabelecem em termos equitativos e em condições de igualdade, como processo de permanente relação, comunicação e aprendizagem entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores e tradições, sem necessariamente haver a fusão, ou hibridização, entre as práticas e os saberes postos em contato. (FERNANDES, 2016, p. 57).

Podemos afirmar que ainda há dificuldade de garantir que todas as classes socioeconômicas troquem mutuamente seu conhecimento sem que haja perda de algum lado (geralmente o mais pobre). Com esse trabalho, colocamos a proposta de que é preciso garantir às minorias aqui citadas condições de acesso à educação digital, com contato com demais culturas sem que o conhecimento individual seja desprezado ou marginalizado.

3. 2 Perspectivas da educação digital intercultural

Por fim, após revisarmos o conceito de interculturalidade e como ele tem sido aplicado de forma falha em alguns contextos de educação digital, foi possível comprovar que a menor parte do acesso à *internet* e seus recursos é das classes mais pobres. Além disso, foi possível perceber que a questão socioeconômica interfere no alcance de uma educação intercultural dentro do ambiente digital.

Dessa forma, este estudo continua as pesquisas feitas anteriormente sobre interculturalidade e educação, mas pelo viés do ambiente digital. Houveram limitações de tempo para uma pesquisa mais profunda, limitando-se a um caráter mais de revisão bibliográfica. Mas, futuramente, espera-se que haja a possibilidade de realizar entrevistas, a fim de conseguir dados estatísticos que tornem a pesquisa mais substancial.

5. CONCLUSÃO

Mesmo que a era digital tenha começado há mais de duas décadas, ainda existem muitas dificuldades que envolvem a interação e o acesso. A questão tecnológica recente se mescla com o problema de séculos da aculturação, gerando um novo problema dessa interseção. Dessa forma, ratificamos a necessidade da continuidade dos estudos sobre a relação entre ambiente digital, educação e interculturalidade, haja vista a necessidade de solucionar questões surgidas do cruzamento entre modernidade e antiguidade.

6. REFERÊNCIAS

CANDAU, V. M. F.. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235–250, jan. 2012.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Interculturalidade e etnossaberes. **Espaço ameríndio**, v. 10, n. 2, p. 39-39, 2016.

GOMES, Elisabeth; DA ANATEL, Assessora da Presidência. Exclusão digital: um problema tecnológico ou social. **Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade**, ano, v. 2, 2002.

REIS, Laura Nascimento; PAZIN, Anderson. Desenvolvimento do pensamento computacional na educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.

PEREIRA DA SILVA, Sivaldo. Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. **Cadernos Adenauer xvi, nº3: Internet e sociedade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer**, p. 151-171, 2015.